



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000298/2025
Processo: 10907-00 2025
Autoria: Kátia Franco
Ementa: Institui o mês de julho como o “Mês da Música” no Município de Juiz de Fora e dá outras providências

Parecer Roberta Lopes Alves - Comissão de Educação e Cultura

Trata-se de projeto de lei ordinária que institui julho como o "Mês da Música" no Município de Juiz de Fora e dá outras providências, com a seguinte redação:

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova:

Art. 1º. *Fica instituído, no âmbito do Município de Juiz de Fora, o mês de julho como o "Mês da Música", em referência ao Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, tradicional evento cultural que ocorre anualmente na cidade.*

Art. 2º. *Durante o "Mês da Música", o Poder Executivo, por meio dos órgãos competentes, poderá promover, apoiar e incentivar atividades culturais, educacionais e artísticas voltadas à divulgação, valorização e preservação da música, especialmente da música colonial e antiga.*

Art. 3º. *As celebrações alusivas ao "Mês da Música" poderão incluir, entre outras iniciativas:*

- I - realização de apresentações musicais, concertos e recitais;*
- II - oferta de oficinas, palestras e cursos sobre música e sua história;*
- III - parcerias com instituições culturais, escolas e universidades para ampliar o alcance das atividades;*
- IV - ações voltadas à formação e ao estímulo de novos talentos musicais.*

Art. 4º. *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Palácio Barbosa Lima, 14 de agosto de 2025.

Kátia Aparecida Franco

Vereadora Kátia Franco - PSB

A proposição tramitou no Poder Legislativo, sendo considerada legal e constitucional pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação em consulta a Diretoria Jurídica, tendo as demais comissões e parlamentares opinado pelo prosseguimento.

Essa é a síntese do necessário. Passo a opinar.



1. DAS FUNÇÕES DO PODER LEGISLATIVO E DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Nos termos do art.30 e 31 da Carta Política de 1988, cabe ao Poder Legislativo Municipal o exercício da função legiferante, bem como o controle externo do Poder Executivo, sendo salutar que assim proceda, pois tal função é expressão máxima do sistema de freios e contrapesos, garantindo, com independência, a proteção das liberdades individuais e coletivas.

Dentro desse contexto, o Regimento Interno da Câmara Municipal estabelece que:

Art. 62. *Comissões são órgãos técnicos, constituídos pelos membros da Câmara Municipal, em caráter permanente ou temporário e destinados a proceder estudos, realizar investigações e representar a Câmara Municipal.*

...

Art. 71. *Compete às Comissões Permanentes, além das atribuições definidas no art. 62:*

...

II - *discutir e dar parecer conclusivo pela maioria dos seus membros, às proposições a elas submetidas;*

III - *estudar proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, dando-lhes parecer e oferecendo-lhes substitutivos ou emendas, quando julgar oportuno;*

IV - *promover estudos, pesquisas e investigações sobre questões de interesse público relativos à sua competência;*

...

Art. 72. *É competência específica:*

...

III - *da Comissão de Educação e Cultura:*

a) *opinar sobre proposições relativas a:*

1 - *educação, ensino, convênios escolares, artes, patrimônio histórico, cultura e comunicação;*

2 - *atribuição e alteração de denominação de logradouro público;*

3 - *ciência e tecnologia.*

b) *participar das conferências municipais de educação.*

Portanto, atendo-me a competência da Comissão de Educação e Cultura, passo a análise temática da proposição.

2. DO PROJETO DE LEI: DA ANÁLISE DO CONTEÚDO OU DO MÉRITO DO PROJETO DE LEI DENTRO DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO:



O projeto de lei em análise é composto por 4 artigos tendo por escopo, aqui em síntese, reconhecer o mês de julho como "Mês da Música" tendo-se em perspectiva o Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga realizado em Juiz de Fora.

O Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga é um evento musical de grande destaque, realizado anualmente em Juiz de Fora, dedicado ao estudo e à interpretação da música antiga, com um foco especial no repertório brasileiro dos séculos XVII ao XX.

Sua programação é vasta e diversificada, incluindo:

Concertos vocais e instrumentais (muitas vezes com óperas), que são sempre gratuitos. Atividades pedagógicas como oficinas, *master classes* e cursos de aperfeiçoamento, frequentemente envolvendo o uso de instrumentos de época. Atividades acadêmicas como palestras e exposições que reúnem pesquisadores do Brasil e do exterior. O evento conta com a participação de professores, intérpretes e conjuntos de renome do Brasil e de outros países.

O festival desempenha um papel crucial na preservação do vasto e rico patrimônio musical histórico brasileiro, em especial o período colonial. Ao focar na interpretação da música com instrumentos e técnicas históricas, ele assegura que esse acervo seja mantido vivo e acessível a novas gerações e ao público em geral, atuando na promoção e na democratização do acesso da verdadeira arte ao mais diverso público.

Ao mesmo tempo é um polo de formação para instrumentistas, cantores e pesquisadores. Ao oferecer cursos e *master classes* com especialistas nacionais e internacionais, ele contribui significativamente para o aprimoramento técnico e a introdução de conceitos de interpretação histórica no campo da música antiga no Brasil.

Diante disso, considerando que o cenário artístico brasileiro (e até mundial) tem sofrido um longo processo de deformação e dilapidação em que a boa arte, a boa música e a alta cultura estão sendo esquecidos, temos em nossa cidade um projeto tão longo que nos é um privilégio que merece ser perpetuado e homenageado.

Por esses motivos, considero o objetivo da criação do "Mês da Música" no Município muito honrado, especialmente no que tange a sua homenagem ao Festival de Música Colonial Brasileira e Música Antiga de Juiz de Fora.

Nessa linha de raciocínio, o art.30, I da Carta Política de 1988 estabelece expressamente que:

Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Logo, não vejo óbice legal ou temático ao reconhecimento pretendido.

3. DAS CONCLUSÕES:



Considerando o exposto acima e atendo-me as competências desta comissão, não vislumbro qualquer óbice a tramitação da matéria.

Diante de tais considerações, libero os autos para tramitação e posterior deliberação em plenário, onde, oportunamente, manifestarei meu voto.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Palácio Barbosa Lima, 29 de setembro de 2025.



Roberta Lopes Alves
Vereadora Roberta Lopes - PL